



**36ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA**  
14 de abril de 2009 – 9h30  
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz  
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

**PAUTA**

**Informes:**

- I. Edital sobre cadastramento de ONGs ambientalistas na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e eleição de representantes de ONGs no CONFEMA;
- II. Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- III. Projeto de Implantação da Praça da Rua Alberto Gentili.

**Expediente:**

- I. Sugestão de inclusões na pauta.

**Ordem do dia:**

- I. Apreciação e deliberação sobre o Projeto: “Abraço Guarapiranga 2009” proposto pela Subprefeitura da Capela do Socorro ;
- II. Apreciação e deliberação sobre o Projeto: “UMAPAZ- Educação Ambiental, Cultura de Paz e Educação à Distância;
- III. Apreciação e deliberação sobre o Projeto: “ Zeladores de Praça”

**Anexos:**

- I. Edital sobre eleição de Representantes de ONGs Ambientalistas Cadastradas na SVMA no CONFEMA;
- II. Projeto “Abraço Guarapiranga 2009”;
- III. Parecer Técnico de viabilidade da implantação do Projeto.
- IV. Projeto: “ UMAPAZ – Educação Ambiental, Cultura de Paz e Educação à Distância



**Assessor Técnico Rubens Borges:** Bom dia a todos, vamos dar início à trigésima sexta reunião plenária ordinária do Confema e iniciando pelos informes da pauta, o primeiro informe é sobre o edital de cadastramento das ONG's ambientalistas na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e eleição de representantes das ONG's do Confema. A secretaria do Fema publicou um edital de convocação das organizações não governamentais para efetuar o seu recadastramento porque o mandato das entidades não governamentais do Fema inspira agora em junho, e a gente precisa organizar as novas eleições. A exemplo de anos anteriores a gente convoca as entidades, elas atualizam seus cadastros ou se cadastram aquelas que tenham interesse e em junho a gente realiza uma assembléia convocando todas as ONG's cadastradas e dessa assembléia sai as ONG's que representarão, todas elas no Confema. Então o edital já foi publicado o prazo para cadastramento foi fixado em 30 de maio e a eleição está prevista para 17 de junho de 2009, às dezoito horas e trinta minutos. Então, a gente já está passando para as entidades algumas já estão entregando documentação e a gente sabe que tem ONG's que nunca participaram desse processo e que tem interesse, estão demonstrando interesse em participar das eleições no próximo dia dezessete de junho.

**Orador não identificado:** Rubens, com licença posso te pedir para você inverter a pauta, eu tenho uma reunião às onze horas agora que me avisou a agenda.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Ta.

**Orador não identificado:** E eu precisaria votar senão vocês não vão ter coro, né?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Então tá ok, a gente pode passar para a deliberação e deixa os informes para o final, perfeito? Então, passando para a ordem do dia, antes até disso eu gostaria saber se alguém tem interesse em fazer alguma inclusão de pauta. Não? Então passando para a ordem do dia é hoje nós temos três projetos pra serem deliberados e são projetos de iniciativa do poder público, não são projetos de iniciativa das ONG's por editais e a gente tá colocando em pauta porque envolve aplicação de recursos do Fema nesses projetos. O primeiro projeto, deixa eu me achar aqui, como inverteu a pauta vou ter que inverter aqui. Bom, o primeiro projeto é um projeto proposto pela sub-prefeitura da Capela de Socorro e é um projeto chamado Abraço do Guarapiranga 2009. Esse projeto é a realização de uma manifestação de abraço a represa do Guarapiranga em prol da preservação do Guarapiranga previsto para ser realizado no dia 07/06/2009 que coincide exatamente com a semana do meio ambiente e essa já é a quarta edição desse abraço do Guarapiranga. A proposta da sub-prefeitura tem como objetivo geral, eu vou dar uma lida, realizar em 07 de junho de 2009 a quarta edição do Abraço do Guarapiranga, um ato de carinho pela represa Guarapiranga e de protesto contra a degradação do manancial responsável pelo abastecimento de água de quase quatro milhões de pessoas na cidade de São Paulo. Como resultados esperados, têm a realização de eventos as margens da represa do Guarapiranga com shows de artistas locais e de grande público, feira de boas práticas, mostra de projetos sócios ambientais, atividades de educação ambiental, comunicação da necessidade e importância da recuperação e preservação da represa do Guarapiranga e conseqüentemente melhoria da qualidade da água, divulgação da



agenda proposta pelo seminário Guarapiranga 2006 por meio da carta Guarapiranga, atualização e divulgação do placar Guarapiranga, realização da segunda velejada do abraço, realização de passeio ciclístico na Avenida Robert Kennedy e fortalecimento da rede de entidades que compõe a comissão organizadora do abraço com o aumento do número de instituições envolvidas. O período de realização desse projeto é um período de dois meses, previsto agora pra final, metade de abril, maio e começo de junho, né? Então dois meses de execução, é, o valor solicitado é de 140.850,00 reais e como atividades têm a mobilização e comunicação da população, a produção e a realização do evento. Então, eu acho que a gente pode, eu vou dar uma lida no relatório técnico, desculpe, relatório técnico da comissão, na verdade não houve uma comissão, foi uma manifestação dos técnicos lá do Confema, então a Mara analisou a parte de projeto, a parte técnica do projeto, eu analisei a questão financeira, ta? Então para isso não foi convocado uma comissão de avaliação. Bom, o parecer técnico de viabilidade de implantação do projeto, ele diz basicamente, o projeto em análise propõe a realização da quarta edição do Abraço Guarapiranga dando continuidade a uma prática já consolidada que coloca em foco um dos mais importantes mananciais da cidade de São Paulo, responsável pelo abastecimento de quase quatro milhões de cidadãos, o evento, o objetivo é colocar em evidência a situação de degradação que o manancial se encontra, proporcionar um aumento de expressão de carinho dos paulistanos para com ele e sensibilizar e mobilizar autoridades e cidadãos para a necessidade de mudanças que levem a recuperação e preservação das fontes de água da cidade de São Paulo, especialmente a represa do Guarapiranga. A sub-prefeitura Capela de Socorro proponente do projeto assume a realização e coordenação do evento para 2009, como participante e apoiadora dos eventos realizados nos três anos anteriores consideramos que a sub-prefeitura tem plenas condições de fazer a mobilização das instituições organizadoras e apoiadoras bem como promover a realização das atividades previstas para que o evento alcance os seus objetivos, consideramos que as atividades e a programação propostas para o evento são claras e coerentes com os objetivos do projeto, bem como o cronograma previsto está adequado. Os currículos do coordenador geral e do responsável técnico demonstram a experiência e a qualificação exigida para a execução do projeto. Com relação ao orçamento, com relação ao orçamento proposto para a execução do projeto entendemos que os valores apresentados são compatíveis com o cronograma proposto e os preços unitários estão em conformidade com os preços de mercado. Lembramos que por tratarem-se de recursos orçamentários esses deverão ser transferidos para a sub-prefeitura responsável pelo evento devendo ser obedecida a legislação vigente, em especial a lei 8666 para aquisições de material bem como para contratação do serviços. Conclusão: O projeto atende aos critérios de seleção do Fema e é recomendado para o financiamento. Então, gostaria de saber se algum conselheiro teria alguma colocação ou alguma manifestação com relação a esse projeto? Não? Então a Zania e o Sérgio gostariam de se colocar. Sérgio.

**Cons. Sérgio Costa** : Sérgio Costa, Instituto Engenharia, eu vejo com muito bons olhos esse projeto da Guarapiranga e a Billings, são duas represas artificiais feitas pela Light, é um projeto de engenharia de grande porte, um grande exemplo pro mundo, e é a nossa caixa d'água, a maior caixa d'água a céu aberto e a nossa represa que com o tempo se transformou em água potável, no começo ela era para fins energéticos e depois ficou inclusive ficou pra poder, pro abastecimento da cidade, então eu vejo com muito bons olhos; precisamos cuidar muito dessa água porque é a única água nossa que não é importada, a cidade de São Paulo tem obrigação de cuidar dessa água. Eu adoraria que tivesse muito mais projetos como esse, como ressaltou meu colega engenheiro, muito mais que um abraço.



**Assessor Técnico Rubens Borges:** Zania.

**Cons. Zania Gouveia :** Na verdade é uma dúvida, você colocou aí no seu parecer que ele tem, se enquadra dentro dos critérios do Fema mas eu tenho dúvida com relação ao enquadramento, na medida que é um evento, um evento de caráter, não sei, não consigo vislumbrar isso como um evento que se enquadra exatamente numa campanha de educação ou formação de educadores ambientais enfim, então como que você está enquadrando isso dentro da política do Fema, não consegui entender.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É assim, quando a gente diz que atende aos critérios de seleção do Fema, é que ele ta enquadrado na legislação porque a lei que institui o fundo diz que os recursos do fundo são destinados ao apoio de planos, programas e projetos que vivem a conservação e manutenção ambiental do município e essa seria uma atividade proposta pela sub-prefeitura de preservação da questão ambiental. No entanto ele é um projeto muito curto e com um objetivo específico, que é a realização do Abraço do Guarapiranga, a Mara acho que quer complementar. Mara, por favor.

**Cons. Mara Tosin :** Mara, do Fema, o Abraço do Guarapiranga é um evento de fato, esse vai ser a quarta, essa vai ser a quarta edição, nas três edições anteriores foi coordenado por uma a ONG mas ele em todas as suas edições articula quase que todas a sua energia da cidade que são ambientalistas. Então é o momento de conagração mesmo em torno da represa Guarapiranga, as ONG's aí no caso, a sub-prefeitura tem participado, participa sempre Sabesp, Eletropaulo, uma série de instituições e nesse caso a sub-prefeitura estaria assumindo a coordenação, então está deixando de ser a ONG, provavelmente essa ONG também vai participar e as outras, mas a sub-prefeitura estaria assumindo a coordenação. Agora é um evento que já está se tornando uma tradição na cidade, né, como a gente vê vários eventos que chamam a atenção acho que se constitui uma coisa já histórica na cidade, né, por isso que até no ponto de vista técnico nós consideramos que permanecer essa tradição, dar continuidade a essa tradição seria muito importante, né, não interromper isso porque a Guarapiranga como você disse que não é um abraço que vai resolver o problema lá, né? Ela precisa de muito mais, e até assim, ter várias atividades que chamem a atenção para essa questão da Guarapiranga seria importante, daí que a gente considerou que mesmo do ponto de vista ambiental, como articula esse conjunto de ONG's que trabalham e entidades que trabalham com essa, com a questão ambiental principalmente com a questão da água, com a zona sul, todas essas coisas, a gente achou que valeria a pena estar dando continuidade e se implantar isso mesmo isso como tradição na cidade.

**Cons. Marcos Moliterno :** Bom, vou aproveitar, Moliterno, setor de engenharia, você me levantou uma dúvida, que agora eu acho mais pertinente ainda, se não tivesse esse dinheiro, esse recurso do Fema, o evento vai se dar da mesma forma, seja patrocinado pela Sabesp, pela Eletropaulo, pela ONG, pelas ONG's, ou seja, vai ter continuidade nesse evento, então eu acho que talvez os recursos do Fema devam ser direcionados para um fim, para outros fins que realmente não tenha a menor chance de ter recursos.

**Orador não identificado:** Então normalmente o ISA, todos conhecem o ISA aqui, né? O ISA sempre foi que mobilizou essas questões todas, inclusive tem produções fantásticas sobre tanto a Billings, quanto a Guarapiranga, e neste ano eles nós procuraram porque



eles estão em declínio, essa atividade deles lá na região porque não tem tido financiamento na região. Se tivesse, se o ISA tivesse mantendo o financiamento que tem provavelmente eles não estariam pedindo apoio para a gente, nesse momento. O custo de organizar isso não é pequeno, é possível conseguir apoio a Sabesp leva água, distribui água, mas se está pensando aqui em fazer uma série de shows, chamar artistas, tem que pagar, organizar velejadas, isso deve ter um custo de organizar tudo isso, acaba gerando um custo dessa natureza, vai acontecer do mesmo jeito? Do mesmo jeito não vai, vai acontecer numa escala muito menor, né? Mas a idéia é fazer o evento grandioso que demonstre a importância que tem a represa. Acho que é nesse sentido que vem o projeto desse porte inclusive. Grandioso no sentido que envolve muitos locais, não é um evento num ponto, a proposta que é ter pelo menos três lugares, com aglomeração de pessoas, com show, a velejada, o passeio ciclístico, então imagine que seja isso que esteja justificando esse custo, o Rubens talvez possa talvez falar mais isso.

**Cons. Zania Gouveia :** É, eu não sei, continuo em dúvida, não sei se é papel do Fema, patrocinar eventos, acho que não, isso não é, isso cria um precedente, que daqui a pouco a gente vai ter que estar com uma lista de muitos eventos a serem patrocinados com o fundo do Fema, que eu realmente tenho sérias dúvidas se é a finalidade do fundo patrocinar eventos.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Sergio.

**Cons. Sérgio Costa :** Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu acredito que está questão formal não há de ser debatida juridicamente, agora eu imagino que é um grande cunho educacional, outro dia eu vi uma discussão na imprensa se um menino de treze anos deveria entrar no show do Kiss, quer dizer, se um pai se propõe a levar um filho em um evento de Rock and Roll, que está todo mundo bêbado, gritando que nem um desvairado, eu adoraria que o filho desse homem fosse levado no evento do Abraço do Guarapiranga, acho que é muito mais educativo do que levar no show do Kiss, né? Que me perdoem os fãs do Kiss, respeito e gosto dessas pessoas, devem ter pai, mãe, devem ser gente decente, mas não é a minha praia, então eu acredito que levar num Abraço do Guarapiranga é educativo até pela importância que se reveste a represa Guarapiranga. Agora se nos temos algum, se no nosso estatuto não tem nada que proíba a gente patrocinar o evento, a gente deveria patrocinar, acho que se tiver uma cláusula dizendo proíbe-se o evento, porque eu acredito que o evento é educativo e ressaltar o Guarapiranga é ainda mais, muito bem, o Dr Helio, o ISA é reconhecido na região e tem muitas atividades relativas ao meio ambiente, então quer dizer, nos temos como amanhã estar defendendo essa causa. É só, obrigado!

**Orador não identificado:** É só fazer um reparo, Sergio, ninguém, eu pelo menos eu não sou contra ressaltar a Guarapiranga e tal, o que eu sou, o que eu tenho certas dúvidas, é a respeito de usar os recursos do Fema nesse tipo de atividade, que eu não sei, eu to com a Zania, se é razoável, se, não, pode falar a vontade, o dia inteiro.

**Cons. Sérgio Costa :** Sergio Costa, Instituto de Engenharia, a Guarapiranga é uma represa artificial, sobre o risco de assoreamento, é uma vergonha, é uma vergonha o que todas as prefeituras irresponsáveis fizeram com a Guarapiranga e com a Billings no decorrer desses anos. E a prefeitura de São Paulo é a melhorzinha, hein! É a melhorzinha, podemos até envolver o seu governo do estado, que nesses anos todos



propiciou a Billings e a Guarapiranga uma série de dissabores e nós vamos colher isso daí, nós vamos colher, nós fizemos no Instituto de Engenharia um encontro para discutir sobre o reaproveitamento de águas de outros rios, que eu fui defender na câmara, fui extremamente atacado, em nome do grande instituto que eu represento, não o Sérgio Costa foi atacado, mas o instituto que nós defendíamos o aproveitamento das águas do Rio Juquiá, porque a gente sabia que a Billings e a Guarapiranga passaram por governos que não cumpriam seu papel de uso e ocupação do solo como não vem cumprindo ainda até hoje. Então pra mim defender aqui um Abraço ao Guarapiranga defendo como engenheiro, mas gostaria de defender atitudes de engenharia ali, gostaria de defender, estar aqui defendendo atitudes governamentais, então eu fico triste de estar defendendo apenas um abraço, eu queria muito mais que um abraço, um beijo, dinheiro, muito mais do que é necessário do que o grande amor que a gente sente pela Guarapiranga e pela Billings e pelo o que ela pode representar a vida da cidade, e esses irresponsáveis todos desses anos, que eu espero que paguem na justiça, ou daqui da terra ou de um outro lugar, muitas vezes deixaram que o esgoto fosse jogado, que ela fosse assoreada, como é feito até hoje, hein, como é feito até hoje, poderia responsabilizar uma ação cível e criminal. Então é assim, eu adoraria apoiar o ISA, o ISA é reconhecido, luta muitos anos pela Guarapiranga, como lembrou muito bem o Dr Helio, quer dizer o que nós podemos fazer é analisar o nosso regimento, a luz do nosso regimento e ver se não é proibido a gente patrocinar um evento, agora dinheiro não falta, a boa vontade tem, tem ONG's e ambientalistas envolvidas, tá tudo feito as portas abertas e as janelas abertas, então se não tiver no regulamento alguma coisa que diga não eu votaria sim, então eu te peço, meu amigo, como o engenheiro que você apóie e pelo dom da causa, em defesa da Billings e da Guarapiranga.

**Orador não identificado:** Vou fazer só um reparo aí na sua veemência, o ISA, ele, é engraçado ele perder recursos agora que a Marina Silva não é mais ministra, né, eu acho interessante isso, né, não é só, mas vou te dizer o seguinte, eu participo da sua veemência eu acho um descalabro, acho que inclusive as pessoas que vão no show, são as que jogam lixo na Billings, que jogam o carro, que jogam o sofá, que jogam seus esgotos e sabem que estão jogando e vão lá e aproveitam o show e saem de lá e vão continuar numa certa medida a fazer exatamente a mesma coisa, não que eu seja contra esse tipo de evento eu acho importante, eu acho que deve ser feito, mas eu acho que devem ser encaminhado com recursos adequados como o da dona Eletropaulo, dona Sabesp que tem mais interesse ainda do que a prefeitura de São Paulo naquelas águas, porque já que não consegue tratar a água adequadamente, a Eletropaulo não consegue gerar quase mais nada lá, então o interesse comercial deles é muito superior a qualquer interesse dos recursos do Fema. Eles têm obrigação de patrocinar sim, aquele troço, eu tenho sérias restrições a utilizar o recurso do Fema em eventos pontuais, seja de que forma for, seja de que forma for, assim como já votei contra mesmo sendo a favor do Parque Linear de Perus, usar o recurso do Fema numa desapropriação da própria sub-prefeitura para construir uma outra, eu acho que os recursos do Fema eles tem o seu carimbo e devem ser direcionados com muito critério até porque, Sérgio, eu vou te lembrar uma coisa, nós respondemos por isso depois, então eu tenho minhas restrições pessoais a votar a favor por mais nobre que seja a causa, por mais nobre.

**Orador não identificado:** Presidente, posso colocar em, como que se chama isso, dá um tempinho na reunião só pra mim conversar um pouquinho, acho que é um voto do instituto, né?



**Assessor Técnico Rubens Borges:** OK. Deixa eu só lembrar uma coisa, o ISA foi citado com uma das entidades membros participantes porque ela liderou os outros eventos mas só lembrando que a gente está financiando uma ação da sub-prefeitura com a participação das entidades não governamentais então apesar do ISA ter sido citado aqui diversas vezes não é o ISA que está sendo organizador do evento e nem os recursos estão sendo canalizados para a entidade, tá.

**Orador não identificado:** Me deu a impressão que era o **????**

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Não, não está sendo a sub-prefeitura que está organizando e por isso ela está solicitando os recursos para o fundo porque é uma ação da prefeitura e com a participação de todas essas entidades inclusive a Sabesp, a Eletropaulo, mas a iniciativa é da sub-prefeitura.

**Orador não identificado:** Eu citei o ISA porque como organizador tradicional do evento, e diante da situação de incapacidade de organizar o evento como organizou das vezes anteriores, eles nos procuraram dizendo olha, nós precisamos da ajuda da prefeitura para continuar organizando o evento, e aí então se buscou uma saída que foi entre outras a sub-prefeitura, apresentar o projeto e a gente discutir a possibilidade de apoio ao projeto, né. Evidentemente que o ISA tem todo o interesse e vai participar e vai apoiar como é da natureza do ISA trabalhar com essa questão, assim como as outras entidades, apenas para esclarecimento

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Então tá dado aí um recessozinho, de alguns minutos.

**Cons. Mara Tosin :** É Mara, do Fema, eu acho assim, quando se coloca esse problema de ser um evento não é qualquer evento, né, por isso que a gente bateu bastante nessa tecla de que é uma tradição que se implanta na cidade, né, não é um evento que vai acontecer hoje, nunca aconteceu e não vai acontecer nunca mais, uma festa e pronto, é um evento nitidamente ambientalista, articula as instituições ambientalistas, as entidades da região e mesmo da cidade como um todo, é um foco que é a represa, que é importante para a cidade como um todo e é uma tradição já, então eles, ele aconteceu já três vezes e a proposição seria acontecer N vezes, que isso perdurasse, esse é um momento especial que está acontecendo até que a sub-prefeitura que tem acompanhado os três eventos anteriores tem participado, apoiado, e tal, hoje ela está assumindo a coordenação desse evento porque é lá na região, mas assim, não é qualquer evento, só esta questão técnica que eu quero colocar.

**Orador não identificado:** Eu sou uma pessoa extremamente aberta desde que eu tenha esclarecimento adequado, já falei não pro meu amigo Sérgio, mas eu quero saber o seguinte, esse é um evento adequado, vamos supor que no ano que vem todas as sub-prefeituras tenham o seu evento adequado, ano que vem, vamos dizer, 2010, que um ano redondo, é bacana, décadas, 2000, 2010, né, e por aí vai, 2012, 2016 e tal, e aí vai andando. O que, qual é a diferença que vai ter no ano que vem se todas as sub-prefeituras quiserem fazer um evento semelhante com os recursos do Fema? Aí vamos abraçar o Ibirapuera, depois nós vamos abraçar, como é que fica, essa é a minha preocupação.



**Dr. Hélio Neves** : Hélio, eu gostaria de dizer, assim que a Mara quando fez aqui o parecer dela ela tá apontando, assim não é um evento ao acaso, é um evento que, a construção da idéia de que a Guarapiranga é uma coisa importante para a cidade, não mais para a geração de energia que nesse momento está fora de cogitação, pode ser que volte a ser parte do processo de geração de energia com **Henry Borden** e tudo, mas nesse momento está fora de cogitação, como um espaço importante de produção de água e de abastecimento da cidade de São Paulo, e da região metropolitana, é, que isso vem se construindo e vem se consolidando e acho que hoje tem se demonstrado e a secretaria e a prefeitura tem demonstrado um esforço grande de reversão dessa tendência de degradação da represa e esse evento que nem era liderado pela prefeitura, a prefeitura participou sempre apoiando, presente, a reboque da ação de uma ONG que tem um papel bastante importante na região e que nesse momento tem dificuldade de manter o evento, se o evento naufragar, é bom pra cidade? Não é bom pra cidade, acho que é ruim pra cidade. Se a gente tiver capacidade de manter esse evento permanentemente a cada ano ser o evento mais, de maior envergadura, com mais gente, eu fui acerca de um mês no dia da água na Guarapiranga e teve lá uma competição de nado com três mil nadadores, né, e foi maravilhoso, a quantidade de gente nadando, de manhã até a tarde, assim, saia um grupo, outro grupo, são eventos que demonstram, que valorizam e trazem as pessoas a refletir sobre a represa, perguntando da contaminação, de todas as praias que a Sabesp faz a análise de água tem duas que não são balneáveis, a que foi, a que aconteceu o evento é balneável, inclusive poder nadar nesses locais é uma maneira das pessoas saberem que a represa tem condições de ser recuperada, tem condições de ser revertida essa degradação permanente, então nesse sentido é que eu acho que assim, eu espero que se choverem pedidos de eventos ao acaso ainda mais em ano redondo como você falou, eu aconselho, desculpe mas aqui não é a casa da Mãe Joana, aqui é um lugar para apreciar eventos que tenham eventos e projetos e propostas que tenham capacidade de serem perenes e de darem solução para as coisas que a gente está falando, então nesse sentido é que eu acho que aqui não é um pedido de apoio para um evento qualquer, é de um evento que tem história já, são quatro, esse é o quarto ano, e que nós gostaríamos que continuasse sendo um evento importante na agenda da cidade.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Sergio.

**Cons. Sérgio Costa** : Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu vou insistir na réplica e na tréplica, que acredito na importância desse evento, Sr. Presidente, nós lutamos muito no Instituto de Engenharia para que houvesse um projeto chamado flotação do Pinheiros, era uma reversão de cinquenta metros cúbicos, começava com dez metros cúbicos, que jogava pra dentro da Billings apoiamos que houvesse o teste, não apoiamos a flotação, apoiamos que houvesse o teste, porque a engenharia é empírica, nós sempre precisamos testar as coisas que nós acreditamos, mas são dez metros cúbicos de água, é gigantesca a quantidade da água que nós tocaríamos pra dentro da Billings pra fazer um teste, a Petrobrás pagou uma boa parte daquele projeto, esse projeto ficou parado muitos anos porque entraram na justiça contra esse projeto de flotação, e esse projeto não tomou a dimensão que nós queríamos dar, não tomou, aquela cunha salina, que hoje \*\*\*\*\* vai continuar, porque nunca nós vamos conseguir fazer, Henry Borden gerar energia pra cidade, pra dimensão da cidade de São Paulo, Henry Borden é uma visão antiga, é um aproveitamento, é uma visão de engenheiro que joga água de setecentos metros de altura, uma visão maravilhosa, um grande homem da engenharia da época, mas que hoje dada a dimensão da nossa cidade não tem mais porque aproveitar energeticamente aquela hidrelétrica, aquele projeto da Petrobrás era uma forma de tratamento do Pinheiros, era uma das formas de tratamento do Pinheiros, que se iniciava com a flotação



em fluxo, pra que depois se desse muito mais tratamento se evitasse todos os problemas que o rio traz quando ele segue em frente em direção ao Tietê e depois, posteriormente o Tietê em direção ao estado, então essa questão energética não vai mais voltar, Henry Borden o máximo que vai fazer, vai gerar uma energia, vai voltar, se um dia esse projeto de flotação passar na assembléia, porque passa água por fluxo, faz a flotação, devolve lá pra dentro da Billings, instala de novo, ela faz cinco vezes o fluxo, são cinqüenta metros cúbicos que toca pra dentro da Billings, antes dela seguir em direção ao Tietê, mas pela constituição estadual não se pode mais jogar água dentro da Billings sob o risco de poluir a Billings, ou seja a Billings é uma represa artificial que hoje em dia não está totalmente assoreada, porque existe o Braço Taiaçupeba, que joga água da Guarapiranga para dentro da Billings, então é uma represa, nós temos que pensar em termos de engenharia, nós temos que chamar a sociedade e alertar pra essa necessidade da Billings e da Guarapiranga existirem que são as nossas caixas d'água de água potável, é a única água que a gente não importa hoje na cidade de São Paulo. Então eu acredito que nós poderíamos votar esse projeto favorável com adendos de que haja muito mais educação e que a prefeitura entre forte nessa questão, a força da prefeitura de São Paulo é muito importante nesse momento, então nós poderíamos tentar aqui um acordo de termos esse evento sendo feito mas com um acordo, dizendo olha, nós queremos que vire um curso de educação, nós queremos que esse evento seja o primeiro de uma série de ações que sejam decorridas durante o ano, nós podemos apoiar esse evento desde que ele não sirva só nesse momento, dê um abraço em todo mundo e vá dormir, como você lembrou muito bem, queremos que case, não queremos que ele só vá lá, dê um abraço e depois vá embora, nós vamos pensar na Guarapiranga como nossa filha, como uma pessoa querida nossa, nós queremos muito mais, então vamos cobrar isso, vamos cobrar desse evento que ele tenha o envolvimento da mídia forte, que ele tenha um curso sendo gerado em seguida, que essas entidades que estão lá na região em seguida se envolvam fortemente apresentando projetos. Nós temos essa capacidade, eu proporia que nós votássemos favoravelmente com adendos.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Luiz Ferrua.

**Cons. Luiz Ferrua :** Ferrua, eu queria colocar o meu ponto de vista a respeito desse aspecto, em primeiro lugar como morador da zona sul que sou, segundo como participante de dois desses eventos do Abraço ao Guarapiranga que eu fui pessoalmente e em terceiro como ex-engenheiro da Sabesp, como tratador de água que ainda sou e conheço profundamente os problemas que a Guarapiranga causa no abastecimento de água de São Paulo. Não estamos discutindo isso, nem queremos discutir isso, que esse evento Abraço ao Guarapiranga, ele é benéfico à cidade, é benéfico à sociedade, não há discussão, quem foi lá viu, o problema é a forma que ele foi encaminhado, a forma que ele foi encaminhado na minha opinião, não só é não convencional como tomou seu caminho errado, nós temos uma forma de analisar projetos aqui, todos nós sabemos, nós temos uma forma, o projeto chega, é analisado, tem um parecer técnico, e por fim tem o parecer de nós, conselheiros, nada disso aconteceu, isso foi atropelado, passou-se um trator em cima nessa forma de agir, do Confema, é isso que nós estamos analisando, se é conveniente que nós façamos isso ou não, porque se eu vou me permitir divergir da opinião de meu colega, se deixarmos que um dos projetos passem, passe dessa forma, outros atrás virão, porque não? Então a minha colocação é quanto única e exclusivamente a forma que ele foi apresentado, eu acho que o Confema não é o órgão que deveria financiar esse Abraço ao Guarapiranga. Chegou no lugar errado para isso. Essa é a minha opinião.



**Assessor Técnico Rubens Borges:** Mais algum conselheiro, Helio, mais alguma coisa? Bom diante da manifestação dos conselheiros a gente passa para a votação só lembrando, Luis, que houve uma manifestação técnica, a Mara se manifestou no aspecto técnico do projeto, eu me manifestei como especialista em orçamento na parte orçamentária e assim a gente tem uma manifestação técnica sobre o projeto e o que não ocorre quando os projetos são por exemplo apresentados por equipes técnicas da secretaria porque são os próprios técnicos que propõe os projetos e que eles mesmos analisariam seus próprios projetos, então fica meio incoerente, então quando os projetos são da própria secretaria não passa por uma análise de uma comissão de avaliação, neste caso como é um projeto vindo da sub-prefeitura então houve uma manifestação técnica não de uma comissão mas de técnicos especialistas no assunto só pra ter uma análise e poder passar pro Confema uma posição um pouco mais esclarecida do projeto em si, então houve sim a manifestação técnica então foi cumprido o rito normal de seleção do Fema. Então não tendo mais manifestação dos conselheiros eu queria colocar em votação o projeto então os conselheiros que forem favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão.

**Orador não identificado:** Eu me abstenho do voto.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Então uma abstenção. O Sergio.

**Cons. Sérgio Costa :** Eu não entendi muito bem, permaneçam?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Os que forem favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Os que não forem favoráveis se manifestem. Então nós temos três votos contra e uma abstenção então o projeto não foi aprovado pelo Confema. Então eu vou passar pro segundo item da pauta, nós temos aqui como segundo item a apreciação e deliberação sobre o projeto UMAPAZ, educação ambiental cultura de paz e educação a distância. Esse é um projeto que foi apresentado pela equipe técnica do Departamento de Educação Ambiental da Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cultura de Paz, aqui da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. O objetivo geral desse projeto é expandir atividades de educação ambiental e cultura de paz nos órgãos que compõem a UMAPAZ e nas diferentes regiões da cidade visando ampliar o acesso a informações sobre sustentabilidade e contribuir para transformação de atitudes e práticas dos cidadãos face a questões sócio ambientais e a sustentabilidade na cidade de São Paulo. O projeto, como objetivo específico ele tem o objetivo de ofertar mil e quinhentas horas aulas de atividade de educação ambiental e cultura de paz de maio/2009 a fevereiro/2010 por meio de cursos e programas na sede da UMAPAZ, na escola municipal de jardinagem e na escola municipal de astronomia/astrofísica. Em partes de São Paulo, né, da cidade de São Paulo e em serviços municipais descentralizados como escolas onde existe grande capacidade de multiplicação. Um segundo objetivo específico é ofertar um curso de quarenta horas de educação a distância com temas de educação ambiental e cultura de paz pela internet com capacidade para alcançar centenas de pessoas entre maio/2009 e fevereiro/2010. Os recursos solicitados para o Confema são da monta de, peguei o projeto errado aqui, só um minuto, 434.000,00 reais, tá aqui o valor e envolve o pagamento de palestrantes externos, cadastrados na secretaria, onde já existe uma tabela de valores, que são remunerados, né, e aquisição de equipamentos específicos como aparelhos de MP3, amplificadores para uso nas atividades externas, pen drive para armazenamento das informações, banners de divulgação, folders e cartazes de divulgação e para o curso a distância a licitação para produção e



manutenção dos cursos on-line. A somatória dessas despesas é de 434.000,00 reais pra esse período entre maio/2009 e fevereiro/2010 então eu abro a palavra pros conselheiros que receberam o projeto e se quiserem se manifestar, por favor. Luiz Ferrua.

**Cons. Luiz Ferrua :** Luiz Ferrua, eu tenho duas perguntas a fazer. A primeira é se houve uma análise, de novo uma análise técnica do Confema a respeito, e a segunda, se esse valor de 434.000,00 reais não ultrapassa os limites estabelecidos para os projetos, até hoje os nossos projetos girava na base de no máximo de 200.000,00 reais. Esse é bastante superior. Então.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É então, assim, primeiro com relação ao valor, os valores atribuídos aos projetos, eles são definidos nos editais, no caso de projetos apresentados pela própria secretaria, ele não se submete ao edital então não existe valor fixado para o projeto, tá? A primeira vista ele é realmente superior à média de projetos que a gente financia, porém.

**Orador não identificado:** Qual é o limite que tem no edital pra serem pra Secretaria?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Para projetos de educação ambiental, pro ultimo edital, foi 120.000,00 reais. Mas esse é um projeto que envolve não só a educação ambiental pontual de um único projeto, mas é a educação ambiental desenvolvida na UMAPAZ, nos equipamentos municipais como escolas, nos parques municipais, então ele tem uma dimensão maior do que um projeto proposto por uma entidade não governamental que é uma coisa pontual e localizada. Esse aqui envolve toda a cidade de São Paulo com diversas ações e envolve também o curso a distância que é uma inovação no que se refere à educação e em especial a educação ambiental, e que estima-se que você atinja muito mais pessoas com curso a distância do que com cursos pontuais onde a pessoa precisa se deslocar e precisa ter um tempo pra estar indo presencialmente participar do curso. O curso a distância possibilita uma participação muito maior. Com relação à análise técnica do projeto, já se tinha convencionado aqui no Fema que os projetos apresentados pela secretaria eles são desenvolvidos por técnicos da secretaria, nesse caso o projeto é desenvolvido por especialistas em educação ambiental aqui da UMAPAZ, e que se nós colocarmos para uma análise técnica, são os próprios especialistas em educação ambiental que vão analisar, então todas as questões técnicas que poderiam ser avaliadas ou questionadas, foram observadas no desenvolvimento do projeto, por isso não teve essa avaliação técnica, tá? Então vocês receberam o projeto, tiveram oportunidade de conhecer melhor o projeto, a gente tem uma representante aqui da UMAPAZ que pode complementar as informações caso haja dúvidas, e aí fica aberto pra palavra para os conselheiros.

**Orador não identificado:** Eu queria que se você puder vir aqui esclarecer um pouco mais, é, esse projeto, especialmente, é, nas apresentações nas escolas. Serão todas as escolas? Algumas sub-prefeituras outras não? Esse tipo de coisa gostaria de saber, por favor.

**Cons. Estela Gomes:** Estela, aqui da Umapaz, então, nós estamos prevendo essas ações descentralizadas, em algumas, em todas as regiões da cidade mas principalmente abarcando os CEUs, né, que tem espaços privilegiados, né, de recursos de comunidade,



é, salas, espaço de atuação porque eles atendem, na verdade os CEUs atendem uma grande comunidade e oferecem várias atividades das mais diversas desde saúde, não só educacionais, mas também de saúde, e na verdade o que falta é realmente a questão da sensibilização quanto a educação ambiental, então na missão da UMAPAZ, nos objetivos da UMAPAZ, a gente previu, não só a realização das atividades aqui na sede da UMAPAZ, né, e também na escola de jardinagem, envolvendo os outros departamentos ligados ao Departamento de Educação Ambiental, a gente previu sair da unidade e abarcar a cidade toda informando, sensibilizando e formando pessoas pra que elas nas suas comunidades possam realmente fazer modificações na cidade. Então a gente tá prevendo como por exemplo um simples projeto, né, que a gente começou agora no começo do ano, com aventura ambiental, então nós escolhemos três parques da cidade e danças circulares como instrumento de educação ambiental e cultura de paz, abarcando oito parques, então a idéia é pegar a cidade como um todo e dividir, né, para que essas ações de educação ambiental cheguem em todas as regiões da cidade, lógico que a nossa intenção é super grande, e o que a gente previu nesse projeto é realmente a expansão das nossas atividades, né, que a gente é pequenininho ainda, e os pedidos são imensos, todos os dias praticamente nós temos telefonemas aqui pra que a gente saia da unidade e vá realizar educação ambiental nas mais diversas regiões da cidade. E não damos conta, nós técnicos, então precisamos de ação.

**Orador não identificado:** Só mais um esclarecimento: esse curso a distância seria via internet, é isso?

**Cons. Estela Gomes :** Sim, via internet.

**Orador não identificado:** Qual o público que vocês tão pensando em atingir?

**Cons. Estela Gomes :** Então, isso tem direitinho no projeto, porque no início da UMAPAZ, a gente fez um curso de mediação de conflitos sócio-ambientais, e foi o primeiro curso a distância que a gente conhece, né, na secretaria, que a gente conseguiu realizar, e atingimos uma média de 1700 pessoas, principalmente educadores, né. Agora nesse, eu não sei certinho, mas tá direitinho no projeto a quantidade de pessoas, que hoje a Rose tá dando aula, não pode estar presente e ela previu exatamente, mas tem no projeto a quantidade de pessoas que a gente quer atingir, mas que são pessoas que realmente assim, não tem a possibilidade do deslocamento aqui na Unidade e poderão através da sua residência, ou de local de trabalho, poder fazer o curso à distância e adquirir alguns conhecimentos, alguns embasamentos pra elas atuarem na sua região. Eu acho que no projeto tem certinho. Eu não to com ele aqui em mãos, a quantidade de pessoas estimadas para o curso a distância.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Aqui no item 3.2 do projeto fala que em relação ao curso a distância, é um curso de quarenta horas, que já teve um primeiro curso a distância que atingiu 1700 alunos, e a proposta é que esse curso permaneça 24 horas no ar, então não existe um número fixo, mas um curso que esteja 24 horas no ar, estima-se que seja um público muito maior porque as pessoas a medida que tenha disponibilidade, elas vão acessando e vão participando desse curso, então se um curso focado teve em torno de 1700 pessoas, um curso que fique 24 horas no ar, eu não tenho números aqui, mas estima-se que o número de participantes seja muito superior a esses 1700.



**Cons. Estela Gomes:** E esse curso anterior teve uma duração de quatro a seis meses e atingimos 1700 pessoas, então a gente pretende agora atingir mais.

**Orador não identificado:** Nesse teu projeto eu acho assim, muito mais interessante do que a versão digital, eu acho que essa aproximação das pessoas nos CEUs, que eu conheço alguns, eu sei a dificuldade que é, as regiões são muito carentes acho que o que você trouxe é um ganho, acho muito melhor do que a parte digital porque quem tem acesso a internet tem outros acessos para conseguir esses conhecimentos.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Mais alguma pessoa, Luiz Ferrua.

**Cons. Luiz Ferrua :** Luiz Ferrua, da Ciranda, mais uma pergunta a respeito da formalização. Nos outros projetos é a primeira vez que eu me defronto com um projeto desse tipo, né? Os outros projetos existe um seguimento por parte do Confema, em relação aos resultados apresentados. Isso vai ocorrer nesse projeto também?

**Orador não identificado:** Então, é, a diferença que tem quando a gente contrata com uma ONG e quando faz dessa maneira, o senhor pode ver aqui que ela está dizendo que o curso a distância será licitado, né? Tudo que vai ser feito, é feito de acordo com o que a lei manda fazer em termos de contratação, então se eu vou licitar, eu licito a realização do curso, tem que ter uma comissão de fiscalização nomeada por quem executa o serviço. Se fosse uma obra seria pela engenharia, aqui nesse caso a equipe de educação ambiental aqui da UMAPAZ prepara o edital, em sendo aprovado, muito bem, aprovou, autorizou 300.000,00 para contratação do curso a distância. Ela vai licitar tendo como base uma proposta de 300.000,00, vai licitar, vai obter um preço menor seguramente do que esse por que esse é um preço estimado para que a partir dele consiga os descontos, contrata, tem uma equipe de fiscalização nomeada pela UMAPAZ que vai acompanhar toda execução e depois presta contas ao fundo da execução do serviço. Durante, se o fundo quiser relatório trimestral, semestral, como quiser, ou, ao final do projeto, um relatório de execução global do projeto. A diferença aqui é que quando eu contrato com uma ONG faço um convênio com uma ONG, ela é muito parecida na verdade, porque eu nomeio uma comissão de acompanhamento do contrato, semelhante, mas aqui eu licito e a comissão de fiscalização vai ser nomeada por quem fez a licitação.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Mais alguma manifestação? Não? Então vamos pra votação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto, proposto pela UMAPAZ, educação ambiental cultura de paz e educação à distância, permaneçam como estão. Então o projeto foi aprovado por unanimidade.

**Cons. Sérgio Costa :** Senhor presidente, eu precisava me ausentar, que estou atrasado pra outra reunião, o senhor me dá licença?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Ok, obrigado Sérgio.

**Orador não identificado:** Obrigado pela presença.



**Assessor Técnico Rubens Borges:** Bom, seguindo pro terceiro ponto da ordem do dia, nós temos apreciação e deliberação sobre projeto zeladores de praça. O projeto zeladoria de praças, o proponente é a secretaria do verde e meio ambiente, através de seu gabinete, técnico responsável é Célia Seri Kauai, as áreas beneficiadas seriam, são as sub-prefeituras Pirituba e Jaraguá, e Perus, e Cidade Tiradentes e São Mateus. O objetivo do projeto é melhorar a manutenção das praças públicas, mediante a contratação e capacitação de trabalhadores desempregados de baixa renda, pertencente à comunidade moradora em torno da área, para que assumam a função de zeladores de praças e seja a de cuidar, da manutenção cotidiana do verde, dos pisos e equipamentos existentes. Trata-se de um programa já existente feito em parceria com a Secretaria do Trabalho e da sub-prefeituras, o valor solicitado para esse projeto é de 1.257.170,00 reais, porém, ele prevê a manutenção de 146 zeladores que recebem uma bolsa de 488,25 reais. É assim, esses 146 zeladores, essa despesa é prevista até o final do ano, daria 532.997,00 reais. E tá estimado uma ampliação dos zeladores, né, da contratação de mais 172 zeladores de maio a dezembro também, até o final do ano, que envolveria mais 724.173,00 reais, então na verdade não é só a manutenção da equipe já existente, mas uma ampliação com mais do que o dobro de zeladores de praças e lembrando que esses recursos que estão sendo aplicados são focados nas sub-prefeituras de Perus e Pirituba, e São Mateus e Cidade Tiradentes, que é onde funciona os aterros que geraram os créditos de carbono então os recursos que serão aplicados são recursos provenientes dos leilões de créditos de carbono. Mais alguma...Ah! tá.

**Orador não identificado:** Só para lembrar nesse projeto \*\*\*\*\* o recursos de crédito de carbono, não os recursos destinado a editais.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Seria aplicações daqueles projetos que já foram  
\*\*\*\*\*

**Cons. Marcos Moliterno :** Deixa eu. É Moliterno, do CADES. Pela continha que eu fiz aqui esse recurso básica, grande parte dele é pra pagar salário, é isso?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É, pagamento de salários e aquisição dos kits, porque eles têm equipamento de segurança, material, então é, seria pra execução do projeto como um todo, tá? Isso previsto até dezembro/2009, ocasião em que se for o caso de dar continuidade isso volta pra pauta do Confema pra discussão.

**Orador não identificado:** A minha, eu conheço o projeto, eu acho bacana mas, nós temos que ter uma transição, porque esse projeto não vai poder viver dos recursos do crédito de carbono do Fema pro resto da vida. Existe algum planejamento para fazer essa transição, ou ainda não?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É assim, Hélio, você quer colocar alguma coisa ou não? O Hélio esclarece melhor aí.

**Dr.Hélio Neves :** Então, esse projeto iniciou com dez sub-prefeituras, né, sendo que as quatro que estão nos territórios que a gente tem destinado os recursos de crédito de carbono estão nesta lista das dez, então, tem seis que estão fora, e o projeto tem se



mostrado muito interessante, super legal nas sub-prefeituras onde tem sido implantado, tem sido elogiadíssimo, as pessoas tem gostado muito, a vizinhança das praças tem voltado a freqüentar a praça, é realmente acho que o resgate da idéia de que a praça é um lugar público. E tem uma pessoa na praça, além de ser o cara que pinta a orla que tá descascada, pinta o banco, tira as pragas, né, é ter alguém que tá lá, que tá lá e que a mãe que leva uma criança pra passear, sabe que, é, tem alguém ali, junto, que ela pode socorrer, que dá uma certa segurança de presença do poder público. Que às vezes é o que falta pra resgatar o uso da praça. Então eu acho que, a imprensa tem falado desse projeto, acho que, é, não precisa falar muito da importância de ter gente do poder público nas praças pra que elas sejam de fato, resgatadas. Aqui o que se pensou, assim, é que nesse momento a gente, fazer uma expansão do projeto nessas sub-prefeituras aumentaram tanto que é possível aumentar nessas sub-prefeituras, é, tem tido demanda de todas sub-prefeituras pra que a gente faça a expansão do projeto pras 31 sub-prefeituras, mas a gente não tem tido capacidade orçamentária pra fazer essa expansão, e a idéia foi a gente fazer uma expansão nesse momento com recursos de créditos de carbono pra essas quatro sub-prefeituras, de modo que a gente consiga crescer o tanto que dá pra crescer nesse momento, e pensar uma transição, eu acho que é pensar que progressivamente os orçamentos tanto nosso quanto da Secretaria das sub-prefeituras incorporem essa possibilidade. Acho que falar da importância não precisa por acho que todo mundo já tá convencido disso né, todo mundo que conhece uma praça abandonada, sabe da necessidade, aqui a questão mesmo é de pensar como é que a gente leva essa coisa de modo aqui progressivamente os orçamentos incorporem essa questão, né?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Só complementando, a gente tem aplicado boa parte dos recursos de créditos de carbono na implantação de praças nas regiões de Pirituba e Perus, e existem projetos já para as sub-prefeituras de São Mateus e Cidade Tiradentes. Então a gente não basta implantar a praça, a gente tem que manter a praça e a sub-prefeituras tem dificuldades com corpo técnico, pra fazer essa manutenção, tem que contratar empreiteiras pra isso, o que às vezes sai muito mais caro do que se você além da questão ambiental de manutenção das praças, você atende também a questão social e econômica da região, porque quando você gera uma bolsa pra uma pessoa que tá desempregada e além de receber essa bolsa ela aprende um ofício e gasta o dinheiro na própria região, então a gente consegue atingir o tripé da sustentabilidade que é o ambiental, o social e o econômico. Então esse projeto, ele canaliza o recurso para esses três focos da sustentabilidade. E é um recurso que foi gerado na própria região. E tá sendo aplicado na própria região. Então só pra complementar aqui a idéia do Hélio. Luiz Ferrua.

**Cons. Luiz Ferrua :** Luiz Ferrua Ciranda, eu não consegui entender a maneira que esses zeladores, vamos chamar assim, seriam contratados. Por quem? Quem os contrataria? A Prefeitura? Uma organização? Não entendi muito bem. Se for a Prefeitura precisa de concurso, essas coisas assim estratosféricas, como que poderiam ser contratados?

**Orador não identificado:** Então, a contratação nesse projeto, é feita pela Secretaria do Trabalho, entre geral pessoas desempregadas, isso aqui é contratado naquele conceito da frente de trabalho. É um contrato que é por um tempo fixo, de um ano podendo prorrogar por mais um ano só, não pode prorrogar mais do que isso, e ele tem uma capacitação de oitenta horas em jardinagem e cuidado de praça. Muitos deles ainda quando estão trabalhando, eles trabalham seis horas no projeto, no programa. Ainda quando estão trabalhando eles são chamados, começam a ser chamados pra fazer jardinagem nas casas do entorno, então a idéia é que eles vão se inserindo



progressivamente, quer dizer, aprende uma profissão, um trabalho, e já vão entrando nesse trabalho a medida que vão sendo qualificados. Muitos até saem, começam a ganhar mais fora e saem do projeto, o que também é bom, a gente, a perspectiva não é que ele fique nesse trabalho. Ele vai sendo qualificado, vai saindo e vão entrando outros que são selecionados pela Secretaria do Trabalho e sub-prefeitura, nessas operações de frente de trabalho. Então não tem concurso, não tem, eles abrem inscrição, e selecionam de acordo com critérios sociais, desemprego, situação da família. Em geral pessoal da área de serviço social participa dessa seleção. A Secretaria do Trabalho com as sub-prefeituras e o pessoal da área social. Atualmente saiu da sub-prefeitura o pessoal da SAS, Secretaria da Ação Social, então eles também seguramente vão ter que participar da Secretaria da Ação Social.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** E só lembrando que isso não caracteriza um vínculo empregatício com a Prefeitura de São Paulo. É uma bolsa que é concedida pra que eles desenvolvam esse trabalho. Então não existe a contratação, nós não estamos contratando pessoal pra fazer o trabalho, é uma bolsa, é um programa ambiental e social, que é aplicado na região.

**Orador não identificado:** Posso fazer uma manifestação aqui? Eu sou a favor, vou votar a favor desse projeto, mas já vou ressaltando que se eu estiver nesse conselho, ano que vem, eu não aprovo a continuidade dele, eu acho que vocês tem que começar a pensar numa transição. Tá?

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Ok, mais alguma manifestação? Não? Bom então, vamos para votação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do programa “zeladoria de praças”, proposto pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, no valor de 1.257.170,00 reais, permaneçam como estão. Então, aprovado por unanimidade. Bom, com isso a gente conclui o expediente, a ordem do dia, e aí a gente volta aos informes que a gente inverteu por conta dos compromissos do conselheiro Sérgio, então, voltando aos informes, o primeiro informe foi sobre o edital de cadastramento das ONG’s pra eleição da, do conselho que vai ser realizado agora em junho, dia 17/06, já foi dada essa informação, o segundo informe é com relação ao relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, como foi colocado aqui já nas reuniões anteriores, o Fema foi objeto de uma análise do Tribunal de Contas, de uma auditoria do Tribunal de Contas, e nós recebemos na semana passada o relatório final do Tribunal de Contas. É, tem aqui algumas conclusões, é um pouco extenso, ele não chegou a ser distribuído pros conselheiros porque nós não recebemos e-mail digital, só veio impresso, então a gente não teve tempo hábil de estar escaneando e passando pra vocês. Então eu vou ler a conclusão rapidamente do relatório e ele fica a disposição dos conselheiros pra consulta e a gente se propõe a estar digitalizando, escaneando, e repassando para vocês por e-mail. Então eu vou direto as conclusões. Item 4 - Conclusões. 4.1- Legislação do Fema. O artigo cinquenta e oito da lei municipal 14.887/2009, ao dispor sobre a obrigatoriedade do depósito de recursos do Fema em conta especial, refere-se tão somente a instituição financeira deixando de consignar o atributo oficial, tal como previa a lei revogada. A referida renovação salvo melhor juízo afronta regra constitucional expressa no parágrafo 3º do artigo 64, 164. É assim, na reformulação, na reestruturação da Secretaria, o artigo 58 que dispõem sobre o depósito dos recursos do Fema em banco oficial, se limitou a dizer que seria numa conta corrente e instituição financeira, mas não instituição financeira oficial, então o questionamento do Tribunal de Contas nesse aspecto é com relação a constar na legislação que seja uma instituição financeira oficial. Oficial, não precisa necessariamente ser pública. Pode ser um banco privado, mas tem que ser oficial. Isso



não constou da lei, e eles tão chamando atenção pra isso. Então a gente vai ter que discutir com nosso jurídico pra propor uma emenda e regularizar. Em razão da nova disciplina conferida ao Fema e ao Confema, pela lei municipal 14.887, faz-se necessária à revisão do decreto regulamentador e do regimento interno editados a época em que vigia a lei revogada, situação que será acompanhada pela auditoria desse tribunal. Então eles questionam também o fato de não ter tido ainda regulamentação e a equipe técnica do Fema vem trabalhando no desenvolvimento de uma proposta de uma minuta de decreto, regulamentando a lei, e em seguida a publicação do decreto a equipe técnica junto com o conselho vai ter que rever também o seu regimento interno e o regulamento do fundo e a gente vai ter que fazer alguns trabalho em conjunto ou nomear uma comissão que trabalhe em cima desse, dessa proposta de regimento interno. Item 4.2 - Planejamento para utilização dos recursos do Fema. Não ficou evidenciado o cumprimento das exigências do artigo 41 inciso quatro da lei municipal da lei 14.887/2009 prevista também no artigo nono inciso quarto do decreto municipal 41.713/2002, e o artigo primeiro parágrafo quarto do regimento interno que é a resolução zero um do Confema. Exigências relativas à publicidade do plano de aplicação de recursos previstos anualmente para apoio no exercício seguinte de planos programas e projetos. Especificamente com relação aos recursos provenientes da alienação dos créditos de carbono do aterro bandeirantes, leilão número 01/2007, definiu-se que a aplicação seria na região das sub-prefeituras de Perus e Pirituba, Jaraguá, nos termos da resolução número 38 Confema complementada pelas resoluções número 48 Confema e 54 Confema/2008. Então, eles questionam a publicidade da aplicação desses recursos, a gente já publicou os recursos disponíveis, até pra atender o relatório, e anualmente a gente vai fazer essa publicação. Com relação aos créditos de carbono, a própria publicação das resoluções já implica na publicidade da aplicação desses recursos. No entanto para aplicação dos recursos advindos do último leilão, 01/2008, não consta qualquer deliberação específica do Confema, ou seja, como houve em 2008 o segundo leilão, e esse envolve também recursos da sub-prefeitura voltado pra sub-prefeituras Cidade Tiradentes e São Mateus, então nós vamos precisar discutir num outro momento a aplicação desses recursos, pra que haja uma deliberação de como será a aplicação desse recurso. E o Confema poderá deliberar pela aplicação na própria região ou não, mas isso pra próxima reunião vai ser objeto da pauta. Não entrou nessa porque até não tinha tempo hábil pra isso. As tabelas apresentadas evidenciando as parcelas dos projetos financiados pelos recursos do Fema, não contemplam a cronologia das parcelas, o que inviabiliza a previsão de desembolso mês a mês do exercício financeiro, de acordo com a execução das fases do projeto financiado. Isso já foi solucionado, porque a gente mudou as planilhas de controle, até pra atendimento do relatório. Verifica-se que o planejamento de aplicação de recursos do Fema além de partir de diretrizes genéricas, resoluções do Cades, não se mostrou adequado, então eles questionam a forma como o Cades delibera sobre aplicação dos recursos que eles entendem que sejam genéricas. Na resposta que a gente mandou pro Tribunal de Contas a gente falou que as diretrizes do Cades realmente são genéricas mas que as do Confema estabelecem diretrizes mais específicas e o Confema ele é independente, então ele tem autonomia pra isso. Outra observação que se faz diz respeito às disposições de outras secretarias da administração municipal, como a de Planejamento e Finanças que visando assegurar a programação da execução orçamentária e financeira do município, por vezes revelam-se excessivamente genéricas a todos os órgãos da administração direta e especialmente aos fundos municipais. Um exemplo recente dessa natureza foi à portaria NPOF número 01/2009, expedida pelo núcleo de programação orçamentária e financeira, decreto municipal 50.372/2009, que estabelece as cotas orçamentárias e financeiras para fins de execução das despesas do exercício de 2009. Entende-se que por se tratar de recursos destinados à finalidade específica, cuja aplicação segue plano próprio, disposições indistintas que deixam de considerar a efetiva execução orçamentária e financeira do fundo, realização



da receita e despesa comprometem o seu planejamento e por conseguinte a execução deste, então eles questionam a distribuição das cotas financeiras pra secretaria com relação aos fundos. Isso a gente vai ter que estar depois conversando com a Secretaria de Finanças e Orçamentos, pra saber se é o caso de alguma mudança, alguma alteração do processo.

**Dr. Hélio Neves :** Só pra vocês entenderem, o modo como se executa recursos públicos, de acordo com a legislação brasileira, você tem dois, duas denominações, duas formas de lidar com isso, uma é o orçamento e outra é a disponibilidade financeira, então você tem que ter orçamento e tem que ter autorização de execução do recurso. Então às vezes você tem orçamentos aprovados, põe lê cem milhões de reais, sendo quarenta do fundo, quando inicia o ano, se a situação está tranqüila, nos anos anteriores, a gente iniciou o ano com o orçamento, noventa por cento do orçamento autorizado pra executar. Então se a gente tivesse capacidade de andar rápido em cada uma das, dos tipos de investimento, ou de atividade que a gente tinha que fazer, tava liberado pra andar, neste ano, em função da situação de crise e de incerteza com relação ao comportamento do orçamento, nós começamos com uma situação muito complicada de liberação de recurso. Então o orçamento foi aprovado mais ou menos conforme a gente discutiu no final do ano, a gente nunca tem tudo que a gente propõe, mas, o que foi combinado, começou a ano com um congelamento importante do que a gente podia executar, e ta lá, o orçamento tá aprovado mas a Secretaria de Finanças e Planejamento diz: olha, desses cem milhões que você tem você pode executar quarenta. Os outros sessenta vai ficar esperando a possibilidade de ter recurso ou não. Então faz um contingenciamento. Além disso, ainda tem a operação que é a operação do dia a dia que é a liberação de cota financeira, então eu to lá, tá descongelado, se você olhar no orçamento tá descongelado, quase todo o recurso do fundo, no entanto ele diz olha, mas você só tem cota financeira pra executar dez por cento, ou vinte por cento. Porque os argumentos, isso é um argumento tradicional, de quem é da área de planejamento e finanças: olha, não tem dinheiro, e nem sei se vai ter dinheiro. Às vezes é verdade, nem sempre é verdade.

**Orador não identificado:** As vezes é um tabu já.

**Dr. Hélio Neves :** Às vezes é um tabu, mas nessa situação de crise, a coisa fica mais complicada, você de fato fica sem saber se o comportamento da receita está indicando que a crise vai afetar ou não o orçamento, tal, mas isso teve uma mudança importante já essa semana, nós tivemos uma liberação quase integral das cotas financeiras que a gente tinha condições de executar. Então eu acho que a gente podia pra próxima reunião inclusive trazer essa informação do comportamento da, tanto do orçamento quanto do que tá congelado e das cotas financeiras autorizadas. Isso mudou nessa semana que passou, teve uma mudança importante.

**Assessor Técnico Rubens Borges:**Bom continuando aqui o relatório, o item 4.3 - Execução orçamentária e financeira dos recursos do Fema. No exercício de 2008, a despesa realizada nas dotações do Fema correspondeu a apenas 24,09% do previsto. Os controles para acompanhamento da execução orçamentária do Fema são precários, especialmente no que se refere as diversas fontes de receita. Assim recomenda-se que a Secretaria aperfeiçoe os controles internos, relativos à execução orçamentária do Fema, vez que a ela incube a administração do fundo e também para que se de cumprimento à previsão do parágrafo único, artigo sétimo do decreto municipal 41.713. Então a gente já tá em tratativas com o departamento de administrativo financeiro da secretaria e vamos



conversar também com a Secretaria de Finanças pra que haja um controle mais eficaz da execução orçamentária. Item 4.4 - Dos controles da receita. Consideram-se inadequados os controles atinentes ao acompanhamento da arrecadação do fundo, o que compromete a certeza quanto aos valores arrecadados, para os quais a administração mediante lei vinculou determinadas atividades tais como prioritárias. Verificou-se considerável lapso temporal entre a realização dos leilões de créditos de carbono, e o efetivo depósito na conta especial do Fema. Portanto é mister que a SVMA evidencie os procedimentos e fases que encejaram os lapsos temporais verificados correlacionando documentação comprobatória. Considerando que a pasta é responsável pela administração do Fema, e seu responsável desempenha concomitantemente as funções de presidente do Cades e do Confema. Outrossim a dilação na realização financeira das receitas do Fema ou ainda a imprecisão quanto aos prazos de realização afetam a programação de aplicação dos recursos. Já foi explicado também no relatório que esse lapso de tempo se deve ao crédito ser condicionado a vinda de recursos externos, porque os compradores dos créditos de carbono foram entidades internacionais, e existe um prazo pra legalização da entrada desse recurso, a contabilização feita pela Secretaria de Finanças, e só depois disso que o recurso é repassado pra conta efetiva do Fema. Então esse lapso é uma questão burocrática, mas uma questão de atendimento à legislação. Dos controles da despesa. Os controles de despesa do Fema limitam-se aos relatórios emitidos pelo novo CEU, assim é imprescindível que a SVMA efetivamente desenvolva os controles internos relativos as despesas do Fema, inclusive promovendo a imediata conciliação bancária da conta específica, considerando a atribuição a que ela incumbe, por força do artigo 60 da lei municipal 14.887/09, e do parágrafo único do artigo sétimo do decreto municipal 41.713/02. Então os controles vão ter que ser aperfeiçoados, a gente já ta trabalhando nisso, e vamos ter que fazer também um contato com a Secretaria de Finanças pra que ela possa emitir relatórios detalhados das arrecadações que possibilitem a conciliação bancária, porque eu preciso saber se o recurso que entrou aqui se refere a que tipo de arrecadação se refere. É, mas ele não é discriminado. Então como o controle efetivo dos créditos na conta é administrado pela Secretaria de Finanças, e não pela Secretaria do Verde, a gente vai precisar ter esse contato próximo com a Secretaria de Finanças, pra que essa conciliação seja viável. Hoje, no momento, não há essa possibilidade. Adequação dos projetos às diretrizes do Fema. Procedimento adotado para aplicação dos recursos provenientes do primeiro leilão de créditos de carbono, infringe o disposto no inciso segundo, artigo 41 da lei municipal 14.887/2009, e no artigo quinto do decreto municipal 41.713, vez que os projetos financiados não foram submetidos a manifestação favorável do Confema, de forma particularizada, considerando que as resoluções aprovadas pelo conselho apenas orientou a linha de prioridades dos projetos a serem implantados. O escopo do projeto execução de plano de bairro do Distrito de Perus do PA 200800624757 apesar de levar em consideração questões ambientais, é eminente na natureza urbanística, portanto extrapola as finalidades do Fema, sendo assim infringe os artigo 57 da lei municipal 14.887/2009. Os demais projetos selecionados por amostragem e financiados pelos recursos do fundo, estão em conformidade com os objetivos previstos na lei que institui o Fema e com as diretrizes definidas pelo Cades. Então o Tribunal de Contas atribui todos os procedimentos adotados pelo Fema para aprovação de projetos estão de acordo com a legislação, porém no caso dos projetos de créditos de carbono eles solicitam que os projetos sejam analisados e aprovados individualmente. E o procedimento que nós adotávamos era de, a medida que os processos fossem chegando a gente ia informando o Confema de quais os projetos que estavam sendo apresentados. Então a partir dessa reunião, a gente vai, todos os projetos que vierem da subprefeitura a gente vai submeter a deliberação do Confema até para atendimento da legislação e do relatório do Tribunal de Contas. Então fica concluído, a gente já respondeu a maior parte dos questionamentos, e aqueles que não foram possíveis de ser respondidos de imediato, estão sendo discutidos com a Secretaria de Finanças que a gente vai passar a



discutir agora, e internamente na mudança dos controles e os procedimentos administrativos. Bom, só a título de informação ainda, nós temos um projeto de implantação da praça da Rua Alberto Gentili, que é um dos projetos dos créditos de carbono da região de Pirituba, como ele chegou e o recurso foi transferido antes da chegada do relatório do Tribunal, então ele não foi submetido à aprovação, os recursos já foram transferidos, e a gente seguindo ainda o procedimento anterior, a gente tá comunicando a entrada de mais esse projeto. A partir dos próximos, eles serão primeiro submetidos à aprovação do Confema, e só depois de aprovado é que os recursos serão transferidos.

**Orador não identificado:** E é o caso dos zeladores de parque \*\*\*\*\*

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É, é o caso dos zeladores de parque que a gente já tá submetendo o projeto já tá sendo aprovado até pra aplicação dos recursos. Tá? Então com relação aos informes é isso. Alguma observação? Com relação ao relatório? Zania, você gostaria de falar alguma coisa? Porque envolve Secretaria de Finanças diretamente.

**Cons. Zania Gouveia :** Bom, primeiro com relação ao controle de repasses, até onde eu pude levantar, o problema tá se dando mais com relação às multas. E essas multas elas são na verdade solicitada pela Secretaria do Verde, e depois são repassadas. O sistema de recolhimento da Prefeitura, ele é único, é um documento único pra todas as arrecadações, que é o DANS, então eu acho que além de ser uma questão de finanças, também é uma questão do verde. Porque hoje a gente tem, como se diz, é uma resposta à ação do verde. Então se o verde demorar dez meses pra pedir, vai demorar dez meses pra esse dinheiro vir. Mas na medida em que ele é solicitado, ele é imediatamente repassado, sem nenhum prejuízo, inclusive com a correção. Então acho que precisa melhorar esses controles tanto da parte do verde quanto com relação à abertura de informações que SF pode dispor pra vocês fazerem esse melhor controle. Principalmente com relação a essa correção monetária que é feita desses repasses que hoje me parece que vocês não tem essa abertura e dificulta um pouco o controle de vocês. Outra coisa que esse repasse ele não é o valor significativo do fundo, o que tem o valor mais significativo é do crédito de carbono e esse é imediato, quer dizer, só tem internalização do dinheiro, ele é imediatamente repassado pro Fema sem maiores demora. Enfim, eu acho que o que existe aqui, até pros demais conselheiros que não tem a informação de como é operacionalizado isso, é que não é de fato algo relevante e nem que cause prejuízo algum ao fundo, e o que a gente puder fazer no sentido de agilizar os procedimentos, vai ser feito, em colaboração aí com a Secretaria de Finanças.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É, a gente tá modificando alguns procedimentos internos até para atender o relatório do Tribunal, e assim que a gente tiver já estruturada essa parte a gente vai entrar em contato com você Zania, até pra que você nos dê os caminhos dentro da Secretaria de Finanças de quais são as pessoas chave com quem a gente tem que conversar, até pra ajustar esses controles. E aí eu acho que a gente consegue sanar todos os aspectos levantados pelo Tribunal de Contas.

**Cons. Zania Gouveia :** Um outro ponto no relatório que acho que chama atenção e esse aí acho que mereceria uma discussão específica por parte do fundo, é o gasto, o percentual de gasto dos recursos do fundo, que é muito baixo, a gente tá aqui, vinte, não chega a vinte e cinco por cento dos recursos. E aí fica uma situação esquisita, né, porque



as vezes a gente tá rejeitando projeto pra que não torra dinheiro, acho que não é esse o objetivo, não é torrar dinheiro, mas fazer com que o fundo cumpra seu objetivo, e acho que a gente não tá conseguindo fazer o fundo cumprir seu objetivo, a medida que a gente não consegue gastar nem vinte e cinco por cento dos recursos que estão disponíveis pro fundo. Então a gente tá preocupado por que o recurso não tá liberado mas na verdade se liberar pouca diferença fará. Né? Isso eu acho que é grave, no momento que o mundo inteiro tá falando de falta de dinheiro pra gastar, a gente tem dinheiro guardado e não conseguir gastar sendo que o que não falta é problema ambiental na cidade de São Paulo. Então essa discussão que a gente teve hoje aqui, com relação a Guarapiranga, por exemplo, quer dizer, ninguém é contra aqui as represas sejam recuperadas, preservadas e melhoradas. Só que o meio talvez não seja promover eventos com banda de música e bexigas, talvez seja uma ação efetiva de intervenção nessa represa. E aí uma discussão que é recorrente, eu gostaria de propor pro fundo e principalmente vocês técnicos do verde que tem mais capacidade que nós pra isso, é, hoje, o que falta são organizações capacitadas pra implementar projetos. E isso já foi colocado aqui. Não seria talvez papel do Fema fazer essa formação criar já um programa de capacitação de orientação e de formatação desses projetos? Então acho que é um, porque acho que o que não falta é gente querendo fazer, o que não falta é coisas pra fazer, e a gente tá emperrando aqui na capacitação, tem projetos que chegam, nós já tivemos uma experiência no edital quatro, o cinco acho que agora não vai ter esse problema, mas os projetos vem, por uma forma, as vezes por uma questão formal, o projeto se perde e a gente vai tentar corrigir isso no cinco, mas eu não sei se é suficiente pra dar conta dos cem por cento dos recursos que a gente tem que gastar aqui. Então acho que precisaria talvez o conselho pensar uma forma pró-ativa de incentivar e trazer esses projetos pro Fema, que acho que a gente tá um pouco passivo e não tá conseguindo fazer esse dinheiro ser gasto de uma maneira útil e eficaz pra cidade, que esse é o objetivo do fundo.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** É assim, o meu conceito pessoal de um fundo bem administrado, não é um fundo que tenha muito dinheiro em caixa, ele tem que ter pouco dinheiro em caixa, porque é sinal de que nós estamos aplicando e aplicando bem esse recurso. Então, o fundo não é pra ter dinheiro, fundo é pra aplicar dinheiro. Então não adianta a gente ter. Esses vinte e cinco por cento, menos de vinte e cinco por cento da aplicação se deve até por conta dos tempos que a gente tem da publicação de um edital até você efetivamente assinar um termo de convênio, leva de seis a oito meses dependendo do tipo de edital que é publicado. Então às vezes a gente leva quase um ano pra começar a executar o recurso e aí você gasta três, quatro meses daquele ano, então quando você fecha o ano você executou parte do recurso. Isso sem considerar os recursos que continuam entrando, então. E nós tivemos duas grandes entradas de recursos que foram os leilões de crédito de carbono, que levou o saldo do fundo lá em cima, então a gente executou uma parte muito pequena. Se isso fosse comparado com os recursos que entram de outras fonte, não só de crédito de carbono, provavelmente a participação dessa execução seria maior. Então nós tivemos duas grandes entradas de recurso. Com relação à capacitação, acho até que a Mara até pode falar um pouco melhor, mas a gente já tem tomado medidas com relação a isso, e aí a Mara, tá com você.

**Cons. Mara Tosin :** Eu acho que, Mara do Fema, acho que na execução orçamentária também o ano passado a gente quase que não conseguiu, apesar de ter os projetos aprovados pelo problema todo da legislação de convênios nova que entrou portaria decreto tal, quase que não se conseguiu executar, de fato fazer os convênios, eles tão entrando todos esse ano, então esses vinte e cinco por cento provavelmente não serão



os mesmos vinte e cinco por cento. Porque o número de projetos que a gente tem em execução hoje é imensamente maior do que nos anos anteriores. Até por esse, uma porque cresceu o número de projetos apresentados, tem melhorado os projetos a qualidade dos projetos um tanto, então a gente tem condições de aprovar mais projetos e agora com a legislação mais adequada, já em dia, a gente tem condição de estar executando o orçamento. Então tem esse lado também. E tem um outro lado que essa execução direta que tá acontecendo dos créditos de carbono. Na parceria com as sub-prefeituras, então os parques lineares, todos esses projetos na zona norte e agora que vão começar na zona leste, eu acho que altera bastante esse percentual. Porque a intenção é, tem avançado muito isso, isso é por um lado. Com relação à capacitação, tem dois dados, um que assim, relativo aos editais que saíram lá pra zona sul, pras APAS, até no sentido de cumprir o objetivo do edital, que é incentivar e fortalecer as áreas de proteção ambiental, todas as ONG's ou são da região ou tem que fazer a parceria com ONG's da região. As ONG's da região são ONG's bastantes frágeis, e daí até essa parceria pra fortalecer, porque o importante é fortalecer a área de proteção, com instituições fortes lá, se tem um indicador de que seria mais fortalecida a região. Então vem num processo mesmo isso, a gente tem feito oficinas lá na região, tem participado cada vez mais nessa última oficina que foi feita, foram feitas duas, uma na lá na Bororéia e outra na Capivari Monos, tinha mais de cinquenta ONG's representadas em cada uma dela, então assim, tem crescido a participação mesmo a, o resultado dos projetos, vocês viram que, por exemplo, no Fema quatro, segunda fase, a gente já conseguiu recomendar cinquenta por cento dos projetos, é inédito isso, nunca conseguimos, né? Então isso tem, vem avançando um tanto isso, e também a gente é uma, coisa de garantir a qualidade, depois pra acompanhar esse projeto, chegarem na base mesmo, e acontecerem, a gente tem que ter o mínimo de garantia que é isso que o Ferrua sempre fala, tem que ter avaliação técnica e tal, e é um sufoco, né? Porque, ao mesmo tempo a gente quer que execute, também não pode executar qualquer coisa. Ou não executar. A gente dar o dinheiro e não acontecer nada. E também tem uma mudança, que tem acontecido, que eu acho que até esse pedido, por exemplo, pra o Abraço da Guarapiranga, é um indicador, com a crise, eu não sei se com desculpas ou não, aí tenho cá meus pensamentos, mas acho que poderia ser uma discussão, todas as instituições financiadoras da área ambiental tem recuado nesse financiamento, e esse o Abraço da Guarapiranga ele é típico, é um indicador muito grande porque foi um recuo das instituições financiadoras nesse caso. Então assim, as ONG's mais estruturadas, as maiores e tal, até hoje elas não participavam dos editais do Fema. Talvez até pelos valores menores, porque também a gente tava começando, a gente não podia, tava começando não tinha muito dinheiro, não podia sair financiando tudo até foi uma decisão do Confema, mesmo do Fema e tal, elas não participavam e a gente sempre se perguntava por quê? Só participam ONG's mais frágeis, que vem com projetos mais frágeis, a gente tem mais dificuldade de tá indicando e tal. Parece que isso tá se alterando. Porque como as fontes de financiamento, principalmente externos, tem diminuído, né, ou para não dizer desaparecido, que é isso que a gente tem percebido no mercado, né, parecem que essas ONG's começam a chegar mais perto do Fema, o que seria interessante do ponto de vista que elas estão mais estruturadas, que elas tem condições de levar projetos maiores até isso de financiar projetos de maior valor é muito complicado porque as ONG's não tem condições muitas vezes, não só de apresentar o projeto, mas depois de executar o projeto desse, de um porte de quatrocentos mil, um milhão. Então é isso.

**Assessor Técnico Rubens Borges:** Ok? Mais alguma coisa Zania?



**Cons. Zania Gouveia :** Rubens, abusando aí da boa vontade, essa informação é importante, que você trouxe, a gente realmente acaba perdendo a perspectiva, porque as coisas são aprovadas e não são executadas imediatamente, se for possível trazer pra próxima reunião essa consolidação da projeção de gastos pra dois mil e nove, que acho que é um dado interessante pra gente tá monitorando essa execução ai do fundo.

**Assessor Técnico Rubens Borges:**Trago. Ok, ta jóia. Vou fazer um demonstrativo do inicio da aplicação dos recursos do Fema até hoje com se comportou essa aplicação. Até pra gente perceber qual foi a evolução. Tá ok. Alguma coisa Hélio? Não? Bom então agradeço a todos pela participação, obrigado, tá encerrada a reunião.